

PROCEDIMENTO ESPECIAL DE CONTROLE ADUANEIRO

No dia 30 de junho de 2011, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.169, estabelecendo novas regras quanto ao procedimento especial de controle aduaneiro, que poderá ser aplicado em todas as operações de importação ou de exportação de bens ou de mercadorias sobre as quais recaiam suspeitas de irregularidade puníveis com pena de perdimento.

Poderão existir indícios de irregularidade na importação ou na exportação quando houver suspeita relativa à autenticidade de qualquer documento comprobatório apresentado à Receita Federal, inclusive quanto à origem da mercadoria, ao preço pago ou a pagar, recebido ou a receber; falsidade ou adulteração de característica essencial da mercadoria; ocultação do sujeito passivo, do real vendedor, comprador ou de responsável pela operação, mediante fraude ou simulação; existência de fato do estabelecimento importador, exportador ou de qualquer pessoa envolvida na transação comercial; falsa declaração de conteúdo, inclusive nos documentos de transporte, dentre outras situações.

Dessa forma, no caso de importação ou exportação de mercadorias em volumes ou valores incompatíveis com as instalações físicas, a capacidade operacional, o patrimônio, os rendimentos, ou com a capacidade econômico-financeira do importador, adquirente ou exportador, bem como a aquisição de mercadoria de fornecedor não fabricante sediado em país considerado paraíso fiscal ou zona franca internacional ou que apresente qualquer evidência de tratar-se de empresa de fachada, poderá ser objeto de procedimento especial.

O procedimento especial de controle aduaneiro será instaurado pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB) responsável, mediante termo de início, com ciência da pessoa fiscalizada, contendo as possíveis irregularidades que motivaram a sua instauração e a descrição das mercadorias ou declarações objeto do procedimento, independentemente de ter sido iniciado ou encerrado o despacho aduaneiro.

A mercadoria submetida ao procedimento especial de controle aduaneiro ficará retida até a conclusão do correspondente procedimento de fiscalização, que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período.

Após o início do procedimento especial de controle aduaneiro, a Instrução Normativa RFB nº 1.169 autoriza que o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável realize diligência ou fiscalização no estabelecimento do interveniente, ou solicite a sua realização, em caráter prioritário. Dessa forma, no caso de instauração do procedimento especial de controle aduaneiro, o contribuinte estará sujeito à um procedimento fiscal em seu estabelecimento, para, inclusive, levantar irregularidades relativas aos tributos federais internos, ou seja, sem relação com os tributos aduaneiros.

Outra providência que poderá ser adotada pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil é a solicitação da movimentação financeira do importador, exportador, ou outro interveniente da operação através da emissão da correspondente Requisição de Informação sobre a Movimentação Financeira (RMF) às instituições bancárias. Ocorre que, o Supremo Tribunal Federal julgou recentemente o Recurso Extraordinário nº 389.808-PR, entendendo que a quebra do sigilo de dados do contribuinte pela Receita Federal do Brasil conflita com os princípios constitucionais da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, podendo, somente, ser determinada através de ordem judicial.

Concluído o procedimento especial e comprovados os ilícitos, lavrar-se-á o correspondente auto de infração com proposta de aplicação da pena de perdimento das mercadorias objeto das operações correspondentes, nos termos da legislação vigente.

Portanto, verifica-se claramente que a Receita Federal do Brasil ampliou sobremaneira o controle da fiscalização na importação e na exportação de bens e mercadorias, aumentando o controle sobre as operações de triangulação de mercadorias (circumvention), caracterizada pela venda de produtos de um país, mas que, na verdade, foram produzidos em outro.

Os importadores e exportadores que se sentirem lesados com as novas disposições sobre o procedimento especial de controle aduaneiro, contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.169, poderá adotar as medidas legais cabíveis no sentido de não permitir abusos e arbitrariedade na aplicação da nova sistemática fiscalizatória aduaneira.

Alexandre Gaiofatto de Souza, Advogado sócio do Gaiofatto Advogados Associados; graduado pelas Faculdades Integradas de Guarulhos - FIG; pós-graduado em processo civil pela PUC/SP; MBA em direito da Economia e da empresa pela FGV/Ohio University; Membro da IV Turma do Tribunal de Ética da OAB/SP.

Ronaldo Pavanelli Galvão, Advogado, graduado pela Universidade Paulista, São Paulo, Especialização em Direito Tributário, pelo Centro de Extensão Universitária, São Paulo, pós-graduado em Gestão Tributária, pela Fundação Escola do Comércio Álvares Penteado, São Paulo.

PECIAL PROCEDURE FOR CUSTOMS CONTROL

was issued Normative Instruction RFB No. 1169, establishing special procedure of customs control, which can be applied in all import and export of goods or merchandise on which fall suspected irregularities by forfeiture.

Situations of irregularities in the import or export when there is doubt as to the authenticity of any supporting document submitted to the IRS, origin of the goods, the price paid or payable, received or not, or misrepresentation of key feature merchandise; concealment of the real seller, buyer or for the operation, by fraud or concealment of the fact of existence of the importing, exporting or anyone involved in the transaction; misrepresentation of content, including the description of the operation, among other situations.

Import or export of goods in volumes or values incompatible with the means, operational capacity, assets, income, or the economic situation of the importer, purchaser or exporter, as well as the acquisition of goods by a supplier manufacturer based in tax haven jurisdiction or free zone, or the omission of any evidence of this is shell company, may be subject to the special procedure.

The nature of customs control will be established by the Tax Auditor Internal Revenue Service of Brazil (AFRFB) responsible, by the end of the monitoring period of the person monitored, containing the possible irregularities related to its introduction and description of merchandise or object of the procedure, regardless of having been started or shut down the customs control.

The special procedure of customs control shall be retained in force until the end of the procedure for their enforcement, which should occur within 90 (ninety) days, renewable for the same period.

In the special procedure of customs control, the Normative Instruction No. 1169 authorizes the Tax Auditor Internal Revenue Service of Brazil (AFRFB) to conduct due diligence in establishing the actor, or the beneficiary, on a priority basis. Thus, in the event of the opening of the procedure of customs control, the taxpayer will be subject to a tax audit, for even raising irregularities relating to taxes, that is, without regard to customs taxes.

The special procedure can be adopted by the Tax Auditor Internal Revenue Service of

PROCEDIMIENTO ESPECIAL DE CONTROL ADUANERO

El 30 de junio de 2011, se publicó la Instrucción Normativa RFB No. 1169 que establece nuevas normas sobre el procedimiento especial de control aduanero que se puede aplicar en todas las operaciones de importación y exportación de bienes o mercancías, en el que caen presunta irregularidad sancionada por pérdida.

Es posible que haya indicios de irregularidades en la importación o exportación cuando hay una sospecha sobre la autenticidad de cualquier documento presentado al IRS, en particular sobre el origen de las mercancías, el precio pagado o por pagar, recibidos o no, o el engaño por cobrar, o la tergiversación de la característica clave mercancía, la ocultación de los contribuyentes reales, comprador o de la operación, por fraude o engaño; hecho de la importación, exportación o cualquier persona involucrada en la operación comercial, la tergiversación de contenido, incluyendo los documentos, entre otras situaciones.

Así, en caso de importación o exportación de mercancías en volúmenes o valores incompatibles con las instalaciones físicas, la capacidad operativa, los ingresos, o la capacidad económico-financiera del importador, comprador, exportador, así como la adquisición de fabricante de la mercancía en sede en paraíso fiscal o libre internacional o presentar alguna evidencia de la compañía de cáscara, puede estar sujeto a procedimientos especiales.

El procedimiento especial de control aduanero serán establecidos por el Servicio de Auditoría Fiscal de Impuestos Internos de Brasil (AFRFB) desde el principio, con la ciencia de la persona monitorizada, con las posibles irregularidades que llevaron a su introducción y la descripción de objeto de las declaraciones procedimiento, a pesar de haber pudiese pagar el despacho de aduana.

Los bienes sujetos al procedimiento especial de control aduanero hasta la finalización del procedimiento para su aplicación, lo cual dentro de 90 (noventa) días, prorrogable por el mismo período.

Después del inicio del procedimiento especial de control aduanero, la Instrucción Normativa No. 1169 RFB autoriza al Servicio de Rentas Internas de Brasil de contabilidad o auditoría de la diligencia debida en el establecimiento, o para su ejecución, con carácter prioritario. Desde la apertura del procedimiento especial de control aduanero, el contribuyente estará sujeto a un procedimiento de impuestos en el establecimiento, incluso para elevar irregularidades relativas a los

Brazil is the financial transaction request of the importer, exporter or other party of the transaction through the issuance of the corresponding Request for Information on Financial Transactions (RMF) to banking institutions. It turns out that the Supreme Court recently held Extraordinary Appeal No. 389808-PR, understanding that the breach of confidentiality of taxpayer information by IRS Brazil's conflict with the constitutional principles of the inviolability of intimacy, private life, honor and image of people and can only be determined by court order.

Following the conclusion of the special and proven illegal, plowing will be the corresponding notice of violation with proposed application of the penalty of confiscation of the goods object of the corresponding operations in accordance with the law.

Therefore, it is clear that the Internal Revenue Service of Brazil greatly expanded surveillance control the import and export of goods and services, increasing control over the triangulation of goods (circumvention), characterized by the sale of a country but, in fact, been produced in another.

Importers and exporters who feel harmed by the new provisions on the special procedure of customs control, contained in the Normative Instruction RFB 1169, may take appropriate legal action in order not to allow abuses and arbitrariness in the application of the new system on surveillance customs.

Alexandre Gaiofato de Souza, Advocate Associate, graduated from the Faculty of Integrated Guarulhos - FIG, a graduate degree in civil PUC / SP, MBA in Law and Economics of the company FGV / Ohio University, member of the office Gaiofato Law Firm, Member Class IV of the Court of Ethics OAB / SP.

Ronaldo Pavanelli Galvão, Lawyer, graduate of the University Paulista, São Paulo, Specialization in Tax Law by the University Extension Center, São Paulo, a graduate degree in Tax Management, School of Commerce Foundation Alvares Penteado, São Paulo.

internos federales, es decir, sin tener en cuenta los impuestos de aduanas.

Otro paso que puede ser adoptado por el Servicio de Rentas Internas Auditor Fiscal de Brasil es la solicitud de transacción financiera del partido importador, exportador o de la transacción a través de la emisión de la correspondiente solicitud de información a las Transacciones Financieras (RMF) a las instituciones bancarias. Resulta que la Corte Suprema sostuvo recientemente N ° Recurso Extraordinario 389808-PR, la comprensión de que la violación de la confidencialidad de la información de los contribuyentes por el conflicto del IRS de Brasil con los principios constitucionales de la inviolabilidad de la intimidad, vida privada, el honor y la imagen de las personas y sólo puede ser autorizada por orden judicial.

Tras la conclusión de la especial y comprobada ilegales, arando será el correspondiente aviso de violación con la propuesta de aplicar la pena de confiscación de los bienes objeto de las operaciones correspondientes, de conformidad con la ley.

Por lo tanto, es claro que el Servicio de Rentas Internas de Brasil ampliado en gran medida el control de vigilancia de la importación y exportación de bienes y servicios, incrementar el control sobre la triangulación de mercancías (circumvention), que se caracteriza por la venta de un país pero, de hecho, ha sido producida en otro.

Importadores y exportadores que se sienten perjudicados por las nuevas disposiciones sobre el procedimiento especial de control aduanero, contenidas en la Instrucción Normativa RFB 1169, podrá tomar las medidas legales a fin de no permitir los abusos y la arbitrariedad en la aplicación del nuevo sistema de vigilancia aduanera.

Alexandre Gaiofato de Souza, Abogado Asociado, egresado de la Facultad de Guarulhos integrada - figura, un título de postgrado en materia civil PUC / SP, MBA en Derecho y Economía de la empresa FGV / Universidad de Ohio, miembro de la firma Bufete Gaiofato, miembro clase IV del Tribunal de Ética de la OAB / SP.

Ronaldo Pavanelli Galvão, Abogado, egresado de la Universidad Paulista, São Paulo, Especialización en Derecho Tributario por el Centro de Extensión de la Universidad, São Paulo, un título de postgrado en Dirección y Gestión Tributaria, la Escuela de Comercio de la Fundación Alvares Penteado, São Paulo.

Gaiofato Advogados Associados

Rua General Flores, 290 – 17º andar – Bom Retiro – São Paulo – SP
Tel + 55 11 3337-7775
www.gaiofato.com.br
